MENSAGEM Nº 20/17

Senhor presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa egrégia Câmara Legislativa, o anexo Projeto de Lei Orçamentária Anual, que estima a Receita e fixa a Despesa do Município do Salvador, para o exercício financeiro de 2018, nos termos do disposto no inciso III, § 6º, do art. 163 da Lei Orgânica do Município.

O Projeto de Lei Orçamentária – PLOA/2018 reúne as propostas dos Poderes Legislativo e Executivo Municipal que se encontram estruturadas nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, alcançando todas as Secretárias, Órgãos, Fundos, Empresas e Entidades da Administração Direta e Indireta, e foi concebido mantendo compatibilidade não somente com o Projeto de Lei nº 452 – Plano Plurianual 2018-2021, que se encontra em apreciação nessa Câmara Municipal, como em observância aos dispositivos legais que regem a matéria, a exemplo da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal –, a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2018 – Lei nº 9.234, de 13 de Julho de 2017 – e Instruções Normativas do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM/BA.

Para o exercício de 2018, está sendo proposto um Orçamento que totaliza R$ 7.337.138.000,00 (sete bilhões, trezentos e trinta e sete milhões e cento e trinta e oito mil reais), refletindo, em relação ao Orçamento de 2017, um crescimento da ordem de 9%.

Vale ressaltar que, não obstante o cenário de incertezas vivenciado no país desde 2014, com as crises política, econômica e fiscal alcançando todas as esferas federativas, a Prefeitura de Salvador tem obtido êxito no enfrentamento a tais dificuldades por meio de uma governança pautada no planejamento criterioso e na observância aos princípios da responsabilidade fiscal, assim como à estratégia de captação de recursos, racionalização dos gastos, preservação do interesse público da despesa e otimização na aplicação dos recursos disponíveis.

Nessa direção, a priorização acurada das necessidades, bem assim o acompanhamento, controle e avaliação do desempenho da gestão, a exemplo do aproveitamento pleno de oportunidades que favoreçam ao município, têm consubstanciado as ações deste governo, cujo reconhecimento público evidencia-se com a aprovação popular auferida na eleição em 2016.

O esforço mobilizador e a racionalização de meios empreendidos pelo governo municipal para atravessar este momento de dificuldades no país defronta-se, entretanto, com o quadro de aguda recessão, agravado pelo

clima de instabilidade política que tem impactado fortemente na retomada do crescimento da economia soteropolitana – embora, reconheçam-se, os indicadores macroeconômicos já sinalizem um horizonte mais favorável. Assim é que a Proposta Orçamentária da União, encaminhada ao Congresso Nacional em agosto passado, prevê para 2017 um PIB positivo em 0,5% e um IPCA de 3,7%. Para o próximo Exercício, esses indicadores estão previstos em 2,0% e 4,2%, respectivamente.

Como se pode observar, esses índices revigoram a perspectiva de retomada do crescimento econômico num cenário de queda da inflação, reafirmando a confiança no sucesso das intervenções propostas no Plano Plurianual 2018-2021 e no Orçamento de 2018, especialmente no que concerne à dinamização e fomento da economia de Salvador, com vistas ao incremento do emprego e renda e melhoria da qualidade de vida da população.

Considerações sobre a Receita e a Despesa

Conquanto o cenário econômico apresente sinais de melhorias, a indispensabilidade de se preservar o equilíbrio da equação orçamentária (Receita/Despesa = 1) impõe ao gestor governamental a adoção de uma postura mais conservadora na projeção das receitas e um critério seletivo de prioridades bem definidas, evitando a pulverização de recursos e assegurando o cumprimento de metas significativas, cujo impacto socioeconômico resultará em benefícios expressivos para a sociedade.

Pautada neste conceito e em observância às normas legais e aos critérios técnicos, a Receita para o Exercício de 2018 foi estimada em R$ 7.337.138.000,00 (sete bilhões, trezentos e trinta e sete milhões e cento e trinta e oito mil reais), com Despesa fixada em igual valor.

O **Quadro 1,** a seguir, estrutura a Receita de forma consolidada. A partir da Portaria 766/2017 da Secretaria do Tesouro Nacional, já em vigor neste Exercício, o Plano de Contas de Receita foi remodelado, com as contas analíticas das categorias Corrente e de Capital estruturadas sob nova configuração. O Quadro evidencia que, quanto à composição, as Receitas Correntes participam com 82% do montante estimado, enquanto as Receitas de Capital entram com 14% e as Intraorçamentárias com 4%. A conta redutora do Fundeb, habitualmente registrada para o fechamento equilibrado da Receita, com as orientações dessa nova Portaria, tem as deduções já incorporadas nos valores das contas específicas.

QUADRO 1
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
RESUMO GERAL DA RECEITA
Recursos de Todas as Fontes

R$ 1,00

Discriminação	Proposta 2018	% no Total
RECEITA TOTAL (I + II + III)	**7.337.138.000**	**100%**
I- RECEITA CORRENTE	**6.027.167.000**	**82%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**2.457.728.000**	**33%**

IPTU	715.538.000	10%
ITIV	166.899.000	2%
ISS	1.033.988.000	14%
Impostos sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza	233.122.000	3%
Taxas	308.181.000	4%
Contribuições	**271.894.000**	**4%**
Receita Patrimonial	**276.627.000**	**4%**
Receita Industrial	**150.000**	**0%**
Receita de Serviços	**10.607.000**	**0%**
Transferências Correntes	**2.821.175.000**	**38%**
FPM	711.328.000	10%
SUS	769.984.000	10%
ICMS	576.828.000	8%
FUNDEB	476.489.000	6%
Demais Transferências Correntes	286.546.000	4%
Outras Receitas Correntes	**188.986.000**	**3%**
II- RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA CORRENTES	**290.547.000**	**4%**
Contribuições	290.535.000	4%
Demais Contribuições	12.000	0%
III - RECEITA DE CAPITAL	**1.019.424.000**	**14%**
Operações de Crédito	552.441.000	8%
Alienação de Bens	176.008.000	2%
Transferências de Capital	290.975.000	4%

Fonte: PL LOA 2018

Na categoria Corrente, evidenciam-se as receitas originárias dos tributos municipais, que correspondem a 33% do total estimado, e as transferências do Estado e da União, com 38%, incluindo-se nesta última, além dos recursos do Fundo de Participação – FPM e do Imposto sobre Circulação de Mercadoria – ICMS, as transferências do SUS, Fundeb, do Fundo de Assistência Social e Convênios.

Nas receitas de Capital, as operações de crédito e os recursos de convênios confirmam o êxito da estratégia de captação de recursos, representando 83% do total estimado para essa categoria, que totaliza uma previsão da ordem de R$ 843.416.000,00 (oitocentos e quarenta e três milhões e quatrocentos e dezesseis mil reais).

Os valores oriundos do esforço de captação de recursos darão suporte a execução de um conjunto de programas e projetos, sendo exemplos as Ações de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur/Salvador, o Programa de Saneamento e Urbanização do Subúrbio de Salvador – Projeto Novo Mané Dendê, ambos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; o Projeto Salvador Social, que conta com financiamento de recursos do Banco Mundial, para implementação de ações nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social; o Programa de Transporte Público Eficiente e de Qualidade – BRT, que viabilizará o Corredor de Transportes Integrados nos trechos Iguatemi/Lapa/Pituba, financiado pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério das Cidades através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Destaca-se, ainda, o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos de

Salvador – PMAT, focado em ações de modernização e fortalecimento da gestão fiscal tributária, que já se encontra em fase de conclusão.

A essas iniciativas, soma-se um elenco de convênios já firmados com o Governo Federal, por intermédio dos Ministérios das Cidades, da Integração Nacional, da Saúde, do Turismo, do Esporte, do Trabalho e do Desenvolvimento Social, com o propósito de financiar obras de contenção de encostas, requalificação de equipamentos urbanos, projetos de requalificação de vias, pavimentação e drenagens, urbanização, reforma e construção de equipamentos esportivos, revitalização da orla e de várias outras áreas urbanas.

Com o saneamento das finanças, consequência das fortes medidas adotadas no início deste governo, a gestão municipal pode atuar com o suporte logístico de uma carteira de projetos bem estruturada, o que tem permitido ampliar a estratégia de captação de recursos para viabilizar e potencializar o programa de investimentos. Neste particular, é importante lembrar que a Prefeitura de Salvador conta, hoje, com uma larga margem para investir, de modo sustentável, em operações de crédito, posto que o limite de endividamento estabelecido pelo Senado Federal é de até 1,2 da razão Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida – e o índice apurado para o Município é de 0,3 –, demonstrando uma situação confortável.

O **Quadro 2,** estrutura a Receita em três macrocategorias: Tesouro, Outras Fontes e Próprias, ressaltando-se que, por meio da vinculação da fonte, pode-se obter a identidade do recurso.

A categoria Tesouro totaliza R$ 4.585.390.000,00 (quatro bilhões, quinhentos e oitenta e cinco milhões e trezentos e noventa mil reais), representando 62% do total das receitas e, destas, os recursos livres, que perfazem R$ 3.033.559.000,00 (três bilhões, trinta e três milhões e quinhentos e cinquenta e nove mil reais), representando 41% dos recursos estimados para 2018. As receitas enquadradas como Outras Fontes, que somam um total de R$ 2.195.711.000,00 (dois bilhões, cento e noventa e cinco milhões e setecentos e onze mil reais), equivalem a 30% das receitas totais, e a sua expressividade se dá, sobretudo, pela participação do SUS, Fundeb, Operações de Crédito e Convênios, nesta categoria de Receita.

QUADRO 2
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Receita Estimada por Fonte

R$ 1,00

Categoria/ Fonte		Proposta 2018	% no Total
RECEITA TESOURO		**4.585.390.000**	**62%**
00	Tesouro	3.033.559.000	41%
01	Receitas de Impostos e Transferência de Impostos-Educação	644.366.000	9%
02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos-Saúde	586.922.000	8%
13	ODC - Outorga	7.001.000	0%
16	CIDE	4.366.000	0%
17	COSIP-Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública	113.057.000	2%
42	ROYALTIES	16.171.000	0%

92	Alienação de Bens	179.948.000	2%
RECEITA OUTRAS FONTES		**2.195.711.000**	**30%**
04	Contribuição ao Prog. Ensino Fundamental-Salário **Educação**	19.386.000	0%
10	FCBA - Fundo de Cultura do Estado da Bahia **(FGM)**	2.333.000	0%
11	Outras Fontes – **Fundos de Assistência**	3.485.000	0%
14	Transf. Recursos do SUS **(FMS)**	789.250.000	11%
15	Transf. Recursos do FNDE **(FME)**	15.146.000	0%
18	Transf.FUNDEB (Remuneração Profissionais Educação) **(FME)**	338.291.000	5%
19	Transf.FUNDEB (Outras Despesas da Educação Básica) **(FME)**	140.571.000	2%
22	Transf. de Convênio - Educação **(FME)**	40.272.000	1%
23	Transf. de Convênio - Saúde **(FMS)**	14.236.000	0%
24	Transf. de Convênio – Outros	242.902.000	3%
28	Transf. Recursos Estaduais dest. Prog. Assistência Social **(FMAS)**	7.797.000	0%
29	Transf. Recursos do Fundo Nacional de Assistência - FNAS **(FMAS)**	29.600.000	0%
90	Operação de Crédito Interna	279.427.000	4%
91	Operação de Crédito Externa	273.015.000	4%
RECEITA PRÓPRIA		**556.037.000**	**8%**
03	Contribuição p/ Regime Próprio Prev. Social - RPPS **(PREVIS)**	466.633.000	6%
50	Receita Própria da Administração Indireta	88.930.000	2%
51	Convênios de Entidades de Administração Indireta	474.000	0%
TOTAL GERAL DA RECEITA		**7.337.138.000**	**100%**
Fonte: PL LOA 2018			

Seguindo a lógica do princípio orçamentário segundo o qual estima-se a receita e fixa-se as despesas, a outra face da moeda corresponde à alocação dos recursos, envolvendo não só aspectos legais nas definições e estruturação das cotas setoriais, como também as peculiaridades de vinculação do gasto com fontes específicas, despesas de caráter obrigatório tais como pessoal, dívida e contrapartida de operações de crédito e convênios. O Programa de Investimento é realizado com a disponibilidade residual de recursos, salientando, ainda, que as prioridades estabelecidas na LDO devam ser preservadas.

Nesse cenário de difícil equilíbrio da equação orçamentária, no qual as necessidades são sempre superiores aos recursos disponíveis, as Despesas para 2018, fixadas em igual valor ao da Receita, compõem os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento. No Orçamento Fiscal encontram-se todas as propostas de trabalho das secretarias e órgãos, à exceção das áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, que integram o Orçamento da Seguridade Social. Por sua parte, o Orçamento de Investimento abriga a Empresa de Securitização, qualificada como empresa pública não dependente.

Para análise da Despesa, foram disponibilizadas informações consolidadas nos **Quadros 3, 4, 5 e 6**, a seguir, viabilizando a leitura e análise das informações nos aspectos contábeis, na consolidação institucional, de função e de compatibilidade com os limites legais estabelecidos para despesa de pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No Quadro 3, observa-se a disposição da Despesa sob a ótica contábil, da descrição por categoria econômica. Com esse recorte, o item Investimento,

que corresponde às despesas alocadas no grupo 44, totaliza R$ 1.321.686.000,00 (um bilhão, trezentos e vinte e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil reais), correspondendo a 18% do total da despesa. Contudo, se avaliarmos o investimento à luz do planejamento, que considera toda ação que resulta em oferta de bens e serviços à sociedade, sejam elas viabilizadas por despesas correntes ou de capital e por projetos e atividades finalísticas, o valor, orçado com base neste conceito, avança para R$ 2.184.804.000,00 (dois bilhões, cento e oitenta e quatro milhões, oitocentos e quatro mil reais), equivalendo a 29,7% do montante orçado. Numa perspectiva mais conservadora, tomando por base apenas os valores inerentes a projetos destacados nos quadros que integram o PLOA/2018, o total destinado a Investimento é de R$ 1.388.285.000,00 (um bilhão, trezentos e oitenta e oito milhões, duzentos e oitenta e cinco mil reais), correspondendo a 19% do valor orçado, um percentual expressivo, considerando as reservas orçamentárias comprometidas com despesas obrigatórias.

QUADRO 3
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Despesa por Categorias Econômicas
Exercício de 2018

R$ 1,00

Discriminação	Fiscal	Seguridade Social	Total	% no Total
DESPESAS CORRENTES	**3.719.009.000**	**2.236.443.000**	**5.955.452.000**	**81%**
Pessoal e Encargos	1.772.630.000	1.245.897.000	3.018.527.000	41%
Juros e Encargos da Dívida	40.099.000	-	40.099.000	1%
Outras Despesas Correntes	1.906.280.000	990.546.000	2.896.826.000	39%
DESPESAS DE CAPITAL	**1.176.212.000**	**145.474.000**	**1.321.686.000**	**18%**
Investimentos	981.068.000	145.474.000	1.126.542.000	15%
Inversões Financeiras	3.305.000	-	3.305.000	0%
Amortização da Dívida	191.839.000	-	191.839.000	3%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**60.000.000**	-	**60.000.000**	**1%**
T O T A L	**4.955.221.000**	**2.381.917.000**	**7.337.138.000**	**100%**
Fonte: PL LOA 2018				

Em que pese o indispensável zelo da Administração no monitoramento e racionalização das despesas de custeio, é inevitável o seu crescimento. As decisões do governo de realizar obras e ampliar e/ou melhorar serviços públicos não se esgotam apenas nos investimentos – essas iniciativas alavancam despesas com o custeio e o funcionamento dos empreendimentos realizados. Assim é que o item Outras Despesas Correntes, por onde correm os custeios administrativo e de funcionamento dos serviços, participa com 39% do total das despesas. Neste montante as áreas de Educação, Saúde e Limpeza Urbana consomem 65% do valor alocado.

Na categoria de Despesas Correntes, o grupo Pessoal e Encargos destaca-se com uma participação da ordem de 41% do total do Orçamento. A expressividade desta participação reflete não só o contingente de servidores de que dispõe a Prefeitura, como também os benefícios já incorporados em folha, fruto da revisão de planos de cargos e salários, com destaque para as categorias Magistério e Saúde.

Vale salientar que, não obstante a representatividade dessa despesa no montante do Orçamento, os índices atingidos com base na receita corrente líquida, 2,4% para o Legislativo e 43,7% para o Executivo (conforme demonstrado no **Quadro 4**), consigna que a Administração trabalha com considerável margem de conforto em relação aos limites legais estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000.

QUADRO 4
Demonstrativo Consolidado da Despesa de Pessoal
Orçamento Fiscal e da Seguridade

R$ 1,00

Poderes	Limite Legal %	Limite Prudencial %	Valor Alocado PL LOA 2018	Receita Corrente Líquida	Limite Atingido %
Legislativo	6%	5,7%	133.121.000	5.538.705.000	2,4%
Executivo	54%	51,3%	2.420.278.000		43,7%
Fonte: PL LOA 2018					

Por sua vez, o **Quadro 5** exibe a alocação dos recursos por Poder, Secretaria e Órgão. Neste agrupamento destaca-se a participação da Educação e Saúde, somando 39% da despesa fixada, o que se justifica não só pelo emprego compulsório desses recursos ante a exigência constitucional, como também pela prioridade que o governo municipal vem dispensando a essas áreas de decisiva ressonância social. Em sequência, tem-se a Secretaria Municipal de Ordem Pública, que representa 10% do montante orçado, visto que, do montante de R$ 737,8 milhões, estão canalizados 56% para Limpeza Urbana. Por sua vez, a Secretaria Municipal de Gestão participa com 9%, totalizando R$ 672,9 milhões, dos quais R$ 578,2 milhões correspondem a recursos do órgão previdenciário. As Secretarias que concentram as intervenções de investimento em obras – Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil, Mobilidade e Manutenção da Cidade – somam 15% da Despesa. As demais, com exceção dos Encargos Gerais, a que compete orçar a Dívida e a Contribuição Patronal do Plano de Saúde dos Servidores, configuram parcelas bem menos representativas.

QUADRO 5
Orçamento Fiscal e da Seguridade
Demonstrativo da Despesa Consolidada por Órgão
Exercício de 2018

R$ 1,00

Órgão	Fiscal	Seguridade Social	Total	% no Total
Câmara Municipal do Salvador	173.276.000		173.276.000	2%
Gabinete do Prefeito	73.576.000	742.000	74.318.000	1%

Gabinete do Vice-Prefeito	3.010.000		3.010.000	0%
Procuradoria Geral do Município	56.544.000		56.544.000	1%
Casa Civil	21.795.000	9.571.000	31.366.000	0%
Sec. Municipal da Fazenda	222.635.000		222.635.000	3%
Sec. Municipal da Saúde		1.565.529.000	1.565.529.000	21%
Sec. Municipal da Reparação	5.228.000		5.228.000	0%
Sec. Municipal de Gestão	94.730.000	578.196.000	672.926.000	9%
Sec. Cidade Sustentável e Inovação	54.037.000		54.037.000	1%
Sec. Municipal da Educação	1.351.094.000		1.351.094.000	18%
Sec. Municipal de Ordem Pública	737.755.000		737.755.000	10%
Sec. Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas	479.028.000		479.028.000	7%
Sec. Municipal de Mobilidade	590.302.000		590.302.000	8%
Sec. Municipal de Cultura e Turismo	177.533.000		177.533.000	2%
Sec. Municipal de Manutenção da Cidade	175.419.000		175.419.000	2%
Sec. Municipal de Comunicação	57.987.000		57.987.000	1%
Sec. Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude	13.821.000	34.791.000	48.612.000	1%
Sec. Municipal do Trabalho, Esportes e Lazer	34.186.000		34.186.000	0%
Sec. Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo	107.168.000		107.168.000	1%
Sec. Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza		193.088.000	193.088.000	3%
Encargos Gerais do Município	466.097.000		466.097.000	6%
Reserva de Contingência	60.000.000		60.000.000	1%
Total	**4.955.221.000**	**2.381.917.000**	**7.337.138.000**	**100%**
Fonte: PL LOA 2018				

No agrupamento por Função, visualizado no **Quadro 6**, pode-se confirmar o comprometimento da gestão municipal com a área social, na medida em que as funções Saúde, Educação e Assistência Social somam 42% dos recursos orçamentários. Seguem-se a essas prioridades os recursos canalizados para Urbanismo e Habitação, que participam com 21% das despesas, e a área de gestão, que abriga as funções Administração, Previdência Social e Encargos Especiais, com 20%.

QUADRO 6
Demonstrativo da Despesa Consolidada por Órgão
Orçamento Fiscal e da Seguridade
Exercício de 2018

R$ 1,00

FUNÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL	% no Total
Legislativa	173.276.000		173.276.000	2%
Judiciária	48.638.000		48.638.000	1%
Administração	539.844.000		539.844.000	7%
Segurança Pública	83.216.000		83.216.000	1%
Trabalho	17.916.000		17.916.000	0%
Assistência Social		238.192.000	238.192.000	3%
Previdência Social		578.196.000	578.196.000	8%
Saúde		1.565.529.000	1.565.529.000	21%
Educação	1.351.094.000		1.351.094.000	18%
Cultura	15.837.000		15.837.000	0%

Direitos da Cidadania	19.049.000		19.049.000	0%
Urbanismo	1.479.868.000		1.479.868.000	20%
Habitação	94.427.000		94.427.000	1%
Gestão Ambiental	21.776.000		21.776.000	0%
Indústria	20.830.000		20.830.000	0%
Comércio e Serviços	247.991.000		247.991.000	3%
Comunicações	57.987.000		57.987.000	1%
Transporte	363.766.000		363.766.000	5%
Desporto e Lazer	18.790.000		18.790.000	0%
Encargos Especiais	340.916.000		340.916.000	5%
Reserva de Contingência	60.000.000		60.000.000	1%
TOTAL	**4.955.221.000**	**2.381.917.000**	**7.337.138.000**	**100%**
Fonte: PL LOA 2018				

Considerações sobre o Programa de Trabalho

Entendendo que o Orçamento é a peça executiva do planejamento governamental, o destaque analítico dos cortes orçamentários até então efetivados não esgotam a transparência almejada para a análise deste documento, sendo, assim, de importância fundamental agregar informações sobre o Programa de Trabalho proposto para 2018.

Vale salientar, ademais, que, em conformidade com o regramento legal, embora já sintonizado com as diretrizes estabelecidas para o segundo mandato, o Exercício de 2017 ainda se subordina ao Plano Plurianual (PPA) da gestão anterior. O presente Orçamento foi elaborado, assim, em consonância com os conceitos estratégicos, táticos e operacionais do Plano Plurianual 2018-2021, o qual reflete, de forma equilibrada, o compromisso desta gestão de posicionar Salvador na vanguarda competitiva no cenário nacional, correspondendo aos apelos e desafios da contemporaneidade.

Nesta direção, o novo PPA traduz, dentre outros aspectos, a necessidade de superação de problemas nas dimensões social, econômica e ambiental, contribuindo de forma decisiva para o processo de crescimento e desenvolvimento do município. A seguir, destacam-se algumas informações sobre a Proposta de Trabalho para 2018.

A Educação tem se constituído em prioridade deste governo, que incorpora o entendimento de que investir nessa área pressupõe atender a todas as dimensões do desenvolvimento humano. Nesse sentido, vem sendo priorizada a implementação de uma política voltada à educação integral, disponibilizando-se atualmente, na rede de ensino, 11 unidades escolares em Tempo Integral, 16 unidades com Jornada Ampliada e duas Escolas Laboratório – Escolab, que atendem no contraturno, oferecendo atividades esportivas e culturais a alunos de escolas municipais localizadas no entorno. Já estão em funcionamento as Escolab do Subúrbio e da Boca do Rio. Em 2018 será implementada a de Coutos.

O Proposta de Educação, totalizada em R$ 1,3 bilhão, prevê, dentre outras iniciativas, assegurar o funcionamento regular da Rede, com o aparelhamento adequado das 445 unidades escolares e a reforma e adequação

de 20 escolas. Saliente-se, ademais, que o foco na qualidade do ensino tem sido prioridade fundamental. Assim é que as ações de avaliação e monitoramento da gestão escolar, como o desempenho do ensino, integram com destaque a proposta de 2018, reforçando as intervenções voltadas à regularização do fluxo escolar. Contribui para tanto o Programa de Gestão para Resultados, com aplicação de indicadores transparentes para avaliar o desempenho de cada unidade de ensino.

A Saúde participa no Orçamento de 2018 com recursos da ordem de R$ 1,6 bilhão, contemplando um programa de trabalho que viabiliza a gestão regular da Secretaria, assim como novos investimentos.

Para 2018, está prevista a conclusão e o funcionamento do primeiro hospital municipal, localizado no bairro da Mata Escura, disponibilizando 210 leitos para atendimento exclusivo a pacientes do SUS. Com esse hospital em funcionamento, a população soteropolitana, especialmente a de baixa renda, que mais sofre com a carência de atendimento, passará a contar com serviços de alta e média complexidades em clínica geral, pediátrica e cardiológica, cirurgia geral e traumato-ortopedia, além do serviço de hospital-dia, atenção domiciliar a pacientes crônicos, ambulatório e apoio diagnóstico.

Com o foco na ampliação da rede de Saúde da capital, a LOA/2018 prevê a construção e implantação de 10 novas unidades de saúde da família, a ampliação do atendimento de saúde especializada em seis unidades e a implantação e implementação de dois consultórios itinerantes, integrando a Rede de Atenção Psicossocial – CAPS para atendimento a pessoas em situação de rua.

Some-se a essas iniciativas a reorganização de 30% da rede básica de Saúde para atenção materno e infantil, a intensificação da vigilância sanitária e ambiental e o controle epidemiológico, notadamente às enfermidades transmitidas pelo mosquito Aedes Aegypti, além de ações relacionadas à imunização e à assistência farmacêutica.

Ainda na área social, merece destaque o suporte assistencial que o governo vem dispensando às questões que afetam as camadas da população mais desfavorecidas e em situação de vulnerabilidade e risco social. Para o próximo Exercício, foram destinados R$ 238,2 milhões que serão aplicados, dentre outras intervenções, na reforma e aparelhamento de sete centros de convivência, implantação de duas novas unidades de atendimento a crianças, adolescentes e jovens; fortalecimento da Rede do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, racionalizando e otimizando o processo de atendimento e concessão de benefícios ao concentrar em um único cartão a integração de 80% dos serviços disponibilizados. Através do Programa Primeiro Passo, serão beneficiadas 31 mil crianças, ainda não atendidas pela rede regular de ensino, com a concessão de bolsas no valor unitário de R$ 50,00.

Para o segmento da população idosa, está prevista a implantação da Casa da Sabedoria, visando proporcionar condições dignas de vida a essa clientela.

Vale salientar também, a atenção que vem sendo dispensada aos portadores de necessidades especiais: com a Reforma Administrativa em vigor desde janeiro 2017, essa demanda social é tratada diretamente no Gabinete do Prefeito, onde foi estruturado o Fundo da Pessoa com Deficiência, objetivando dar corpo, identidade e visibilidade às ações específicas para essa delicada clientela. Dentre outras iniciativas, o Orçamento de 2018 prevê a adaptação de 30 equipamentos públicos para viabilizar, nos padrões estabelecidos, as condições de acessibilidade desejáveis e a implantação de um centro de reabilitação na Prefeitura-Bairro Subúrbio/Ilha.

Na preservação dos direitos da cidadania, o Orçamento 2018 reservou R$ 19 milhões, contemplando, dentre outras ações: proteção da mulher, com a implantação de mais um Centro de Referência de Atenção à Mulher – CRAM, no Subúrbio Ilha; redução das desigualdades competitivas nas classes de menor poder aquisitivo, com o oferecimento de curso preparatório para o ENEM a 400 estudantes da rede pública inscritos no programa Bolsa Família; fortalecimento do respeito à cidadania da população LGBT, investindo-se em campanhas para ressignificação cultural da sociedade; combate ao racismo, inclusive institucional, além da implantação da Casa Estudantil Quilombola, beneficiando inicialmente a 150 famílias.

Não obstante ser a questão habitacional, na perspectiva estratégica do Plano de Governo, enquadrada na dimensão econômica, não se pode negar o forte componente social que essa questão traduz. Daí a pertinência de agregarmos, no bojo dos comentários dessa área, a síntese das propostas voltadas à Habitação em 2018, merecendo destaque os investimentos canalizados para a regularização fundiária, que propõe conceder 5.000 (cinco mil) títulos de propriedade e 5.000 (cinco mil) títulos mobiliários; a realização de melhorias habitacionais em 13.333 imóveis e a viabilização de novas unidades habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, em parceria com o Governo Federal. Os recursos destinados para o segmento habitacional somam R$ 94,4 milhões.

Em relação às ações abrigadas na diretriz do Desenvolvimento Urbano e Econômico, cabe salientar que as propostas do governo traduzem o objetivo de dotar Salvador de infraestrutura necessária no sentido de promover a aceleração da economia local, atraindo investimentos e gerando oportunidades de emprego. Assim é que o Plano de Trabalho focado nessa direção mantém correlação direta com o Programa Salvador 360, lançado em maio passado, que consubstancia a determinação desta gestão em implementar uma arrojada política de atração de investimentos, prevalecendo-se da estratégia de parcerias privadas no enfrentamento ao desafio de impulsionar um salto de crescimento para a capital baiana. Em 2018, foram alocados, através do Programa Estímulo aos Negócios, Emprego e Renda, recursos orçamentários da ordem de R$ 16,2 milhões, com perspectiva de atrair capital privado em torno R$ 700,00 milhões de reais.

Importa ainda ressaltar que, para a aceleração do nível de investimento em Salvador, a estratégia compreende um conjunto de medidas desburocratizantes relacionadas à instalação e funcionamento de empresas, através do Programa Simplifica, a implantação de um polo de economia criativa, a implantação de *Hub* de Tecnologia para desenvolvimento de *startups*, com oferta de 260 postos de trabalho, o fortalecimento da economia da base da pirâmide, por meio de investimentos no mercado informal em capacitação e disponibilidade de microcréditos, e a revitalização de áreas do Centro Histórico com foco na dinamização da economia, a exemplo dos armazéns do Porto e implantação de estacionamento subterrâneo no Centro Histórico, dentre outras iniciativas.

Alinhada, ainda, com a diretriz de Desenvolvimento Urbano e Econômico, a Cultura e o Turismo constituem-se em atividades de importância fundamental para a economia soteropolitana. Contarão com recursos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – no montante de R$ 158,5 milhões, dos quais R$ 33,8 milhões (incluindo contrapartida) para aplicação em 2018, além de convênios celebrados com os Ministérios do Turismo e da Cultura, no total de R$ 24,4 milhões. Neste segmento pode-se ainda destacar, no Programa de Trabalho desta LOA/2018, a Requalificação da Orla Barra-Ondina; Melhorias Urbanas no Centro Histórico e Avenida Sete de Setembro/Praça Castro Alves; Implantação e Requalificação de Monumentos Públicos e Espaços Culturais; Criação da Casa da História de Salvador/Arquivo Público Municipal; Implantação e Melhoria da Sinalização Turística e Pelourinho Dia e Noite, dentre outras.

No que se refere a mobilidade urbana, ênfase especial foi conferida pelo governo no sentido de oferecer à população transportes coletivos de qualidade que permitam deslocamentos ágeis, seguros, confortáveis e com o menor ônus possível para o usuário. Contando com financiamento da Caixa Econômica Federal para o emprego em transporte público eficiente e de qualidade, por meio do *Bus Rapid Transit* – BRT, o Município prevê, para 2018, investir R$ 295,7 milhões no Corredor Integrado de Transportes, nos trechos Iguatemi/Cidade Jardim e Cidade Jardim /Lapa.

Consciente da importância estratégica do estímulo ao transporte por bicicleta, tendência das principais metrópoles do mundo, a Prefeitura de Salvador, nestes últimos quatro anos, vem estimulando a população para o uso dessa modalidade de locomoção, o que tem demandado projetar a cidade com rede cicloviária. Em 2018, está prevista a aplicação de R$ 1,5 milhão na ampliação desta rede em mais 24 Km. Outro aspecto relevante é a segurança no trânsito, para a qual está previsto investir, no exercício vindouro, R$ 48,6 milhões, além do monitoramento e fiscalização de trânsito, implantação de semáforos inteligentes e modernização da rede semafórica.

A estruturação do espaço público com sustentabilidade, a prestação de serviços públicos com eficiência e qualidade, assim como preparar Salvador

para constituir-se em referência de resiliência e sustentabilidade alinham-se, também, entre os grandes desafios que vêm sendo administrados com competência pelo governo municipal, compondo pauta de prioridade da atual gestão. Nessa perspectiva, Salvador integra o grupo de cidades que aderiu ao C-40, comprometidas a promover soluções urbanas decorrentes de mudanças climáticas – e foi a única cidade brasileira a ingressar na rede das 100 Cidades resilientes, iniciativa coordenada pela Fundação Rockefeller que se propõe ajudar as cidades no mundo a se tornarem resilientes no enfrentamento aos crescentes desafios sociais, econômicos e ambientais do Século XXI.

Neste vigoroso conjunto de projetos e iniciativas vale ainda destacar, para 2018, a implantação e requalificação de dois parques municipais, incluindo o Jardim Botânico, o plantio de 25 mil árvores, a ampliação de coleta seletiva em mais 25% das áreas atualmente atendidas, a modernização do Sistema de Coleta e Destinação de Resíduos Sólidos, o fortalecimento do empreendedorismo e inovações na gestão ambiental, a implantação de unidade de compostagem e a estabilização de mais de uma dezena de encostas, das quais, três localizadas na Fazenda Grande do Retiro e uma em Bom Juá.

No que tange às ações focadas na Estruturação de Espaços Públicos e na Oferta dos Serviços com Eficiência e Qualidade foram mobilizados em 2018 recursos da ordem de R$ 281,2 milhões e R$ 155,3 milhões, respectivamente, para investimento, dentre outras ações: o projeto Novo Mané Dendê, que conta com financiamento externo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o objetivo de investir na requalificação urbanística e ambiental na Bacia que leva o mesmo nome, situada no Subúrbio Ferroviário de Salvador; requalificação de 20 mil m² de praças, alcançando todas as dez Prefeituras Bairros; requalificação de 9 mil metros de escadarias; requalificação de orlas Serviços de macrodrenagem, dentre outras ações.

O Compromisso com a eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos pode ser aferido nas propostas que integram a LOA/2018 no que se refere à ampliação e modernização da rede de iluminação pública, com a implantação de 1.698 novos pontos e a modernização de 6.757, reservando para tanto R$ 22,2 milhões. Ressalte-se que a gestão da rede de iluminação pública da cidade consome a maior monta de recursos nessa área, cuja previsão para o próximo exercício é de R$ 77,6 milhões. Ainda na linha da prestação de serviços, a manutenção e conservação da cidade, especialmente na conservação da rede viária e limpezas de canais, o Município investe somas representativas de recursos: para 2018, está prevista a aplicação de R$ 37,8 milhões nesses serviços.

Em relação à gestão municipal não tem sido poupado esforços para aparelhar a máquina pública das ferramentas e condições necessária que possam assegurar uma atuação eficiente e eficaz, requisitos fundamentais para alcançar os objetivos do governo. Assim é que propõe o Orçamento de 2018,

através do Programa Gestão Pública de Excelência, com recursos da ordem de R$ 115,1 milhões, implementar um conjunto de iniciativas focadas na modernização administrativa, otimização da receita pública e sustentação do equilíbrio fiscal, destacando dentre outras as seguintes ações: combate a inadimplência e sonegação de tributos; atualização e estruturação da dívida pública; implantação dos sistemas de cartografia municipal e de gestão de bens imóveis; reestruturação e expansão do sistema de indicadores municipais; fortalecimento da transparência pública; ampliação e melhoria dos serviços de atendimento ao cidadão, fortalecendo o sistema de Ouvidoria Municipal e o aperfeiçoamento da atuação das Prefeituras Bairro; priorização na gestão eletrônica de processos; ampliação dos recursos tecnológicos da Prefeitura; intensificação da política de valorização do servidor e fortalecimento da carteira de captação de recursos, dentre outras.

A Excelência na Gestão Pública e o Compromisso com o Equilíbrio e a Eficiência Fiscal têm sido princípios basilares deste governo, envolvendo investimentos na modernização dos processos, na racionalização, otimização e controle dos gastos e no equilíbrio das contas públicas, regra de ouro da atual Administração. A essa diretriz atribuo o êxito do trabalho até aqui realizado, com amplo reconhecimento da população. A presente proposta orçamentária reflete o compromisso de persistir, com firmeza, na implementação dessas diretrizes e o propósito de continuar, com o apoio desta Casa, o processo de resgate da grandeza de nossa Cidade, em benefício das melhores condições de vida de nossa população.

Desse modo, Senhor Presidente, e na expectativa de ter apresentado os subsídios necessários à apreciação e análise da Proposta Orçamentária para o Exercício de 2018, ora encaminhada a essa Câmara Legislativa, prevaleço-me da oportunidade para agradecer a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares o apoio que a Administração tem recebido dessa Casa, para consolidação do projeto de modernização e desenvolvimento da Cidade do Salvador.

Atenciosamente,

ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO

Prefeito